

A solidão das meninas negras: apagamento do racismo e negação de experiências nas representações de animações infantis

*The loneliness of the black girls:
erasing racism and denying experiences in representations of
animations for children*

Karina Gomes Barbosa

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), que recebe financiamento da Capes. Suas pesquisas giram em torno de estudos feministas, afetos, representações e narrativas no jornalismo e no audiovisual.

Email: mastudobem@gmail.com

Francielle Neves de Souza

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Tem interesse em pesquisas relacionadas a questões feministas e raciais na Comunicação, especialmente no audiovisual e na música popular brasileira.

Email: francielledesouza@outlook.com

Submetido em: 09/09/2018

Aceito em: 16/11/2018

RESUMO

Este artigo analisa representações, imagens e afetos da infância feminina negra na mídia. Para isso, foram mapeadas e investigadas seis meninas negras protagonistas de desenhos animados exibidos pela TV a cabo no Brasil. Com a perspectiva culturalista e o aporte teórico dos estudos feministas e de raça, verificamos por meio de análise fílmica como as animações lidam com o imbricamento entre raça, gênero e infância, produzindo efeitos de solidão e silenciamento. Além disso, este trabalho busca questionar a ideia de menina negra, os recentes discursos em torno do empoderamento das meninas para o desenvolvimento global e os afetos acionados pelos produtos midiáticos em análise, colocando-os em diálogo e em tensão com a realidade

vivida por meninas negras brasileiras, duramente atravessada pelas desigualdades de gênero, raça e classe.

PALAVRAS-CHAVE: *Infância; Meninas negras; Audiovisual; Feminilidade; Racismo.*

ABSTRACT

This paper analyzes representations, images and affects of black girlhood in the media. To do so, six black girls protagonists of cartoons exhibited by the cable TV in Brazil were mapped and investigated. Within the culturalist perspective and the theoretical contribution of the feminist and race studies, we verified through a filmic analysis how the animations deal with the interweaving between race, gender and childhood, producing effects of solitude and silencing. In addition, this work aims to question the idea of black girl, the recent discourses about the empowerment of girls for global development, and the affects triggered by the media, placing them in dialogue and tension with the lived experiences of Brazilian black girl, hard-hit by inequalities of gender, race, and class.

KEYWORDS: *Childhood; Black Girls; Audiovisual; Femininity; Racism.*

RESUMEN

Este artículo analiza representaciones, imágenes y afectos de la infancia femenina negra en los medios de comunicación. Para eso, fueron mapeadas e investigadas seis niñas negras protagonistas de dibujos animados exhibidos en la televisión por cable en Brasil. Considerando la perspectiva culturalista y el aporte teórico de los estudios feministas y de raza, verificamos, por medio de un análisis fílmico, como las animaciones tratan el imbricamiento entre raza, género e infancia, produciendo efectos de soledad y silenciamiento. Además, este trabajo busca cuestionar la idea de niña negra, los recientes discursos en torno al empoderamiento de las niñas para el desarrollo global y los afectos accionados por los productos mediáticos en análisis, colocándolos en diálogo y en tensión con la realidad vivida por niñas negras brasileñas, duramente atravesada por las desigualdades de género, raza y clase.

PALABRAS CALVE: *Infancia; Niñas negras; Audiovisual; Feminidad; Racismo.*

Takes

Cena 1. Uma menina se apronta no quarto para uma festa a fantasia. O traje escolhido é o de princesa. Enquanto luvas brancas e um vestido rosa bem rodado trazem as pombas de nobreza, uma coroa dourada enfeita os cabelos encaracolados. No andar de baixo, os convidados começam a chegar, um a um; o clima é de festa. Há um desconcerto, porém, quando a menina se olha no espelho e se vê diferente da modelo que ilustra a caixa do vestido. Ao mirar a princesa da embalagem, branca e de cabelos ruivos, a menina enxerga como um

problema os óculos que usa. Chateada, ela tira o par de lentes auxiliares e guarda-o na bolsa. Decide ir à festa sem ele, mesmo com as vistas embaçadas. Corta.

Cena 2. Uma menina volta para casa com a mãe depois da escola. Na entrada do prédio onde mora, um grupo de meninas brancas brinca no parquinho. Quando se aproxima para brincar também, elas fogem e riem. Mais uma tentativa de aproximação, e as risadas persistem. Conformada com a falta de receptividade do grupo, ela recua. Após observar a situação constrangedora, a mãe questiona se as garotas não querem companhia para brincar. A criança responde: “É sempre assim, mãe. Mas não tem problema, eu não me importo. Eu gosto de brincar sozinha”.

Em comum nessas histórias, a raça: são duas meninas negras. A diferença é que uma vive em um desenho animado e a outra, no mundo real. A primeira é Lili, uma das protagonistas de *Meu amigãozinho*, animação infantil exibida pelo canal Discovery Kids; a segunda é Ayoluwa, filha da estilista, empresária e youtuber Ana Paula Xongani¹. As situações aqui relatadas curiosamente nos indicam que, ao olhar para a princesa branca e em seguida para o que está refletido no espelho, Lili não percebe raças diferentes. Só os óculos são problema para quem quer ser protagonista de um conto de fadas. Enquanto isso, Ayoluwa sequer precisa do próprio reflexo para entender que a condição de menina negra faz com que seja apartada da vida social. O mundo lhe diz isso.

É na esteira dessa disjunção entre ficção e realidade que este artigo se desenvolve. Por meio de uma perspectiva culturalista, aliada aos estudos feministas e de raça, buscamos analisar as representações da infância feminina negra evocadas pelo audiovisual, em animações infantis televisivas, assim como pretendemos desvelar quais ideias de feminilidade negra infantil são veiculadas pela cultura de massa e em que medida se articulam com o real, seja em aproximações ou distanciamentos do cotidiano vivido pelas meninas negras brasileiras.

Proteção?

¹ O depoimento completo de Xongani está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CyDV0qezoY4&t=251s>> Acesso em 16 ago. 2018.

Diante do momento político acirrado que prevalece no Brasil desde as calorosas manifestações anticorrupção de 2013, seguidas da constante incerteza sobre o futuro do país causada pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, não é incomum que ganhe força e se alastre o discurso de que é preciso proteger e salvar as nossas crianças. No subtexto da proteção à família tradicional, evocada pela ala mais conservadora da política nacional, ou na reivindicação pela inclusão de materiais sobre diversidade desde a educação básica como chave para uma sociedade mais tolerante, pauta mais afeita aos movimentos progressistas, essa premissa fica evidente, mesmo diante de uma intensa disputa de sentidos, porque paira sobre a criança uma espécie de esperança, de luz no fim do túnel para um país que vive a titubear sobre a corda bamba da democracia.

Ambas as posições são nutridas de uma perspectiva da infância que anseia pelo porvir. Elas encaram a criança como o adulto que ainda não é, mas que poderá ser. E, tornando-se (a contento), teríamos um país melhor - um curioso consenso a despeito do quanto esses grupos divergem em suas ideologias políticas. De modo mais sutil, o investimento na criança é também justificado por uma certa nostalgia acerca dos tempos de outrora que precisariam ser resgatados a todo custo, em contraponto com a infância de hoje, supostamente solapada por um mundo cada vez mais tecnológico.

Para Buckingham (2007), as lamentações em torno da infância contemporânea e a suposição de um certo desaparecimento dela alocam as crianças em uma posição ambígua. Ora são vistas como sujeitos sob constante ameaça e perigo ora são elas próprias a ameaça porque seriam “violentas, antissociais e sexualmente precoces” (p. 8). Ocorre-nos perguntar: de que crianças estamos falando? Quais delas são vistas mais frequentemente sob ameaça e quais são consideradas perigosas? Quais crianças precisam ser protegidas e salvas, afinal?

Na tentativa de discutir essas questões é preciso considerar de antemão que uma perspectiva biológica, temporal e simplista sobre a infância nos limitaria a taxá-la como uma mera etapa da vida, parte de um ciclo natural ao qual todos estamos irremediavelmente sujeitos. Seguir o lastro dessa definição que determina a ideia de criança ligando-a e restringindo-a à faixa etária culminaria no erro de minimizar ou ignorar fatores externos que constroem, moldam e/ou tensionam a noção de infância.

Nesse sentido, com o aporte teórico dos estudos sociológicos sobre o tema, parece viável deslocar a ideia de infância - costumeiramente restrita a uma visão cíclica da vida - para

algo mais próximo de um “sentimento” (Ariés, 1981), uma construção social, um “acontecimento” (Gouvea, 2009) ou ainda desvelar o “formato da infância” (Kincheloe; Steinberg, 2001), mais do que puramente defini-la. Esse movimento implica, certamente, em abdicar de uma percepção simplista e compreender as várias facetas daquilo considerado relativo ao infante que, para além do fator idade, é também moldado “por forças sociais, culturais, políticas e econômicas” (Kincheloe; Steinberg, 2001, p. 11).

Em função dessas forças, a rede de proteção em torno da criança que garante, como idealiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um bom “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social” (Brasil, 1990) se depara, na prática, com um ambiente marcado por desigualdades sociais. A pesquisa “Pobreza na Infância e na Adolescência”, por exemplo, publicada em agosto de 2018 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), revelou que seis em cada dez crianças vivem em situação de pobreza e de privação de direitos no Brasil. São 32 milhões de brasileiros até 17 anos sem acesso a pelo menos um dos seguintes direitos básicos: educação, informação, moradia, saneamento, água e proteção contra o trabalho infantil. Em relação a todas essas variáveis, as crianças negras são as mais vulneráveis segundo o estudo: 58% contra 38% da população infantil branca.

Ser menino ou menina também é um fator de diferença. No ano passado, a ONU previa que das 128,6 milhões de pessoas que deveriam precisar de assistência humanitária até o final de 2017, mais de 75% seriam mulheres e meninas. Além disso, no contexto nacional, segundo os dados do Disque 100² relativos ao ano de 2017, das crianças que sofreram violência naquele ano, 47% eram meninas e 41% eram pardas ou pretas, ocupando os níveis mais altos de vulnerabilidade (importante destacar que nem todos os registros identificam gênero ou raça das vítimas). Todo esse panorama mostra que duas das forças que incidem sobre a infância se referem ao gênero e à raça das crianças e, por isso, aqui, nos valem desses dois eixos como categorias analíticas para compreender as nuances da infância de meninas negras.

A ideia de menina sempre esteve relegada em favor da noção de mulher nos estudos feministas. A exemplo da noção da infância como porvir que já mencionamos aqui, as meninas

² Serviço do governo federal, em funcionamento 24h por dia, que acolhe denúncias relativas a violações de direitos humanos em diversos âmbitos, como contra crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, além de violências policiais e violações ligadas a racismo, gênero, entre outras. O serviço recebe denúncias por telefone, pela internet e por um aplicativo para dispositivos móveis.

eram também encaradas como o porvir das mulheres. Embora há muito as mulheres negras questionassem “quem é o sujeito do feminismo” (Butler, 1990), perdurou por muito tempo uma certa hegemonia da identidade feminina (que implicitamente se referia a um sujeito adulto, branco, heteronormativo, de classe média/alta). Do ponto de vista cronológico, esse cenário começa a se transformar com o pioneiro estudo de Angela McRobbie (1991) sobre feminismo e cultura juvenil, que define as adolescentes como objeto de estudo.

Aliado a isso, avança também o entendimento de um feminismo interseccional, pensado por Kimberlé Crenshaw (2002), que propõe analisar a rede de opressões que acometem as vidas das mulheres ao invés de hierarquizá-las e, ao mesmo tempo, descentrar os sujeitos normativos dos feminismos (Brah; Phoenix, 2017). Inclui-se aí levar em conta os efeitos da discriminação de gênero e do racismo que, pensados de maneira conjunta, dão a ver as poucas chances das mulheres negras em relação a outras mulheres e em relação aos homens negros. Na intersecção de gênero e infância, a menina, apesar de biologicamente atrelada à mulher, sociologicamente possui uma cultura própria: a cultura das meninas. Quando negras, essas meninas são ainda atravessadas por uma cultura pautada no racismo e no preconceito de classe, pois como salienta Angela Davis (2016), raça informa classe e vice-versa, o que significa que essas são categorias de análise são indissociáveis. Biroli e Miguel (2015) ressaltam o “entrelaçamento complexo” entre essas opressões cruzadas, que demandam que qualquer projeto emancipatório ou reflexão aprofundada incorpore os eixos de gênero, raça e classe, sobretudo no capitalismo. Neste trabalho, pensamos a geração como outra interseção que cruza e oprime as meninas negras.

Daí a importância de pensar infância e gênero nas ciências sociais, e essa virada dos estudos feministas para a meninice tem surtido efeito, mas um efeito estranhamente ambíguo, característico do pós-feminismo. Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a incentivar o empoderamento das meninas como chave para o desenvolvimento global e a erradicação da pobreza. Encabeçado pela Nike e posteriormente adotado por ONGs e instituições sociais, o Girl Effect, conceituado por Koffman e Gill (2013), convoca garotas do Norte global a assumir a causa das meninas dos países em desenvolvimento. Com sustento neoliberal, esse discurso de empoderamento feminino enlaça noções de marketing, mídias sociais, consumo e ideias feministas populares para promover o crescimento mundial ao amenizar diferenças de gênero.

A questão é que o “Girl Effect” endossa, conforme Koffman e Gill (2013), o protagonismo de meninas do Norte global mas o faz apenas em relação às meninas do Sul. Segundo as autoras, isso tem dois efeitos imediatos: 1) Dar a entender que o Norte é livre de qualquer discriminação em torno das questões de gênero, ou seja, que o patriarcado já não assola as mulheres e crianças daquela região, evocando uma era pós-feminista; e 2) Criar uma ideia de que as meninas do Sul precisam ser salvas a qualquer custo por aquelas que são “mais capacitadas, socialmente conectadas e mais bem educadas”.

Isso significa que enquanto dá agência às meninas do Norte, o “Girl Effect” fixa a imagem do Sul global como um lugar atormentado pela cultura patriarcal e pelas desigualdades sociais. Por consequência, esse cenário constrói um estereótipo em torno das meninas do Sul que apaga o protagonismo feminino possível apesar e por causa das desigualdades que enfrentam. Não se trata aqui de afirmar que a cultura patriarcal e o racismo não são uma questão para essas meninas. Certamente, são forças que moldam a infância e determinam a qualidade do desenvolvimento infantil. De acordo com Nunes, porém, devem ser vistas como “experiências que as afetam, mas as crianças não são engolidas por elas: aludir a estes processos de resistência na constituição das crianças negras é parte importante para que possamos enxergá-las em contexto” (Nunes, 2016, p. 401).

Ora, fixar a imagem do Sul como uma região que precisa de uma urgente salvação - que não à toa vem do Norte - rememora um discurso colonial não só porque determina uma supremacia dos países desenvolvidos em detrimento daqueles chamados “em desenvolvimento” mas também porque o faz em um contexto em que claramente há um recorte racial. Dadas as diferenças históricas entre raças, de quais meninas bem educadas estamos falando senão as brancas? Quais são costumeiramente vistas como selvagens, que precisam de dominação, senão as negras? Qualquer projeto dessa natureza fracassa, como fracassou o projeto de “sororidade global” porque não se atentava às relações de poder que dividem as mulheres (Brah; Phoenix, 2017, p. 662). É nesse sentido que Nancy Fraser (2013) aponta a imagem estereotipada que vem moldando as políticas públicas para mulheres negras na história dos EUA e que, a partir dos anos 80, foca na figura da mãe adolescente solteira negra, que depende da assistência social do governo, ou seja, que é um problema social e que precisa ser salva (de si mesma). No outro polo está a adolescente branca, um sujeito

psicologizado, cuja subjetividade branca e de classe média opera como norma de individualidade e afetividade para tratar as meninas negras (Fraser, 2013).

A socióloga estadunidense Patricia Collins (2016), numa análise sobre as premissas do pensamento feminista negro, ressalta que combater estereótipos ligados ao gênero e à raça tem sido uma questão central para resgatar a dignidade de mulheres negras. De acordo com a autora, essa é uma estratégia que estremece as desigualdades sociais porque a identidade feminina negra, por essência, afronta o sexismo, o racismo e a pobreza (Collins, 2002). Para combater as imagens externamente definidas, a socióloga destaca duas ferramentas: a autodefinição e a autoavaliação. Autodefinir-se é um convite a desafiar e confrontar a dinâmica de poder que impõe estereótipos às mulheres negras e autoavaliar-se significa substituir de fato essas imagens irreais por imagens autênticas da identidade feminina negra.

Nesse sentido, estimular a autodefinição e a autoavaliação desde a infância ao invés de tentar domá-las numa perspectiva (neo)colonialista seria uma resposta mais efetiva a uma ideia de desenvolvimento mundial que tenha garotas como agentes porque levaria em conta opressões sistêmicas e estruturais que atingem muitas mulheres. E se atingem muitas, torna-se uma demanda de todas. Na contramão disso, porém, ao visivelmente separar meninas em Norte e Sul, brancas e negras e ricas e pobres, o discurso em torno do “*girl power*” continua a endossar as desigualdades, apagar as diferenças e a promover um feminismo individualista, colonialista e, além de tudo, racista – o que esvazia seus sentidos políticos e reforça as assimetrias capitalistas e coloniais, identificando-o mais adequadamente como “*Girl Effect*”.

Desajustes

E qual o papel da comunicação nessa dinâmica de representação? Ou melhor: de que maneira a história da protagonista Lili se relaciona com a vivência de Ayoluwa e de tantas outras meninas negras do Sul? Como o audiovisual e os desenhos animados televisivos lidam com o imbricamento entre gênero, raça e infância? Para David Buckingham (2007), a relação entre mídia e infância é clara não só porque a cultura infantil tem incorporado cada vez mais as tecnologias mas também porque as representações infantis têm sido essencialmente engendradas nos espaços midiáticos. Pensamos em representações, a partir de Hall, como sentidos de conceitos mentais produzidos a partir da linguagem - em nosso caso, audiovisual

(Hall, 1997, p. 17, grifo do autor): “é a conexão entre conceitos e linguagem que nos habilita a nos *referir* tanto ao mundo ‘real’ dos objetos, pessoas ou acontecimentos, ou a mundos imaginários de objetos ficcionais, pessoas e eventos”³.

Como parte da “pedagogia cultural”, que, assim como a escola e a família constitui espaço de formação dos sujeitos, a mídia é também lugar em que as relações de poder são reproduzidas e efetivadas. Desse modo, construir e veicular imagens de determinado grupo social é tomar partido nessa dinâmica de poder. A escolha pela análise de produtos audiovisuais, portanto, se interessa em desvendar de que modo e a quem servem as representações de meninas negras veiculadas pela cultura de massa. Os dois parágrafos iniciais desta seção precisam ser repensados, pois parecem introduzir, na página 7, a parte principal do texto, mas não está clara a relação deles com o contraste inicial entre Disney e o mundo real das meninas negras.

Para isso, o estudo que originou as discussões levantadas nesse artigo mapeou e investigou meninas negras protagonistas de desenhos animados exibidos no Brasil pela TV a cabo. Em uma primeira fase, analisamos a grade de programação de 10 canais: Discovery Kids, Globo, Nick, Nick Jr., Disney XD, Cartoon, Disney Jr., Disney Channel, Rá tim bum e Boomerang. Foram encontradas e compõem o corpus de análise seis meninas⁴: Doutora, da animação *Doutora Brinquedos*; Twinkle, de *Os heróis da cidade*; Lili, co-protagonista em *Meu amigãozão*; Abigail (ou número 5), do desenho *KND - A turma do bairro*; Nella, da animação *Nella, uma princesa corajosa*, e Manu, do desenho brasileiro *SOS Fada Manu*.

³ Tradução nossa.

⁴ Recortamos apenas meninas humanas. Excluímos portanto animais antropomorfizados, fadas, bruxas, vampiras, sereias, duendes e outros seres fantásticos.



Figura 1: Doutora, Manu, Lili (em cima), Nella, Twinkle e número 5 (Abigail) (embaixo).

Fonte: elaboração das autoras

Os dados quantitativos indicam que elas representam apenas 3% do total de animações, um número muito exíguo dentro do universo de desenhos animados. Quando se faz um recorte baseado em gênero, a discrepância se mantém. Das 193 animações que estavam no ar entre agosto e setembro de 2017, 74 tinham personagens femininas como destaque. Dessas, 53 eram protagonizadas por meninas humanas e, nessa última categoria, mais de 86% delas eram brancas ou latinas. Logo nos resultados iniciais percebemos que se as meninas negras do mundo real precisam ser salvas segundo o “Girl Effect”, no audiovisual elas precisam ainda existir.

Em seguida, por meio de um instrumento quanti-qualitativo, examinamos 10 episódios de cada animação escolhidos aleatoriamente para delinear os perfis dessas meninas a partir de categorias analíticas de raça, classe, gênero e infância. Os resultados apontam que as garotas são majoritariamente negras de pele clara (66,7%), possuem cabelos longos (50%) e eles são crespos ou enrolados (50% de cada). Metade delas também apresenta nariz pronunciado.

A classe social predominante é alta, geralmente enquadrada como A ou B (83, 4%). Apenas Manu, única protagonista de origem brasileira, faz parte da classe C. Se levarmos em conta que esses desenhos são exibidos em um país de extrema desigualdade social como o

Brasil, é relevante destacar como as animações estão distantes da nossa realidade socioeconômica e racial. Geralmente produzidos por países do Norte global, os episódios exploram uma situação econômica que não pode ser verificada na prática pelas meninas que os consomem⁵. O quarto de Lili, por exemplo, é povoado de brinquedos; Doutora também conta com muitos brinquedos e mora em uma casa ampla com jardim. Nella é princesa de um reino cuja família real governa seres mágicos e humanos brancos, tornando a realeza negra tão fantástica, excepcional e imaginária quanto os ogros e dragões que a princesa enfrenta/educa. Quatro das personagens têm um quarto apenas para elas, em geral repleto de marcas visuais evocadoras da feminilidade, tais como cama com dossel, casinha de bonecas, almofadas cor de rosa.

Além disso, marcas de feminilidade padrão aparecem em outras instâncias dos desenhos: as cores predominantes nos vestuários, por exemplo, são rosa, vermelho, laranja e lilás. Personagens como Lili e Twinkle performam gênero de maneira acentuada e se autocensuram frequentemente quando desviam de comportamentos considerados femininos, revelando assim que há uma cultura patriarcal que agencia fortemente essas animações e é acionada na maioria das vezes pelas próprias personagens. Essa performance discursiva da feminilidade já é atrelada a uma construção de branquitude, visto que majoritariamente é performada por sujeitos brancos e, no caso das animações televisivas, pelas meninas brancas protagonistas dos desenhos. Além disso, é marcada por signos que excluem qualquer referência às culturas negras, restringindo-se a laços, corações, flores, unicórnios e animais ditos "fofos" - apenas Abigail e Manu não têm associação com esses signos de feminilidade. As meninas negras, assim, se juntam a uma performance que não parece lhes pertencer, já que minoria coadjuvante.

Para além dessas pistas oferecidas pela exploração quantitativa do *corpus*, a fase qualitativa do estudo, sustentada pela análise fílmica dos episódios, permitiu a observação detalhada das relações raciais nas diegeses das animações. Como resultado, percebemos que as protagonistas se relacionam constantemente com personagens não-negros (83,3%),

⁵ Importante pensarmos ainda que o consumo de TV a cabo no Brasil é atravessado por questões de classe e, como a pobreza é feminizada e racializada no país, de raça. De acordo com o Ipsos Connect, entre 2016 e 2017, 76% da classe A e 62% da classe B1 têm acesso a TV a cabo, enquanto apenas 35% da classe C1 e 25% da classe C2 o têm. Disponível em: <http://midiafotos.com.br/dados/>, acesso em 16 ago. 2018.

geralmente os amigos. Os poucos negros que fazem parte da trama são familiares das meninas e funcionam como uma espécie de ilha de negritude no universo branco das animações. E nem com os amigos nem no seio da família, questões relativas à raça são evocadas.

Nella, uma princesa corajosa já deixa claro o papel coadjuvante da raça e da família negra da protagonista na vinheta de abertura. Em uma sequência de sumarização, a princesa acorda no castelo, se veste, passa pelas escadas, beija os pais e a irmã. Encerra-se aí a presença de personagens negros. Fora do castelo, encontra seus amigos - dois meninos brancos e uma égua hiperfeminilizada (e branca) - e juntos eles vivem as aventuras de que Nella é a protagonista e em cujas habilidades está a solução. Os pais de Nella são apresentados apenas no segundo episódio do programa, e surgem em duas únicas cenas. Gareth e Blaine são as companhias preferidas da princesa. Nas tomadas em que os plebeus do reino surgem - em geral de costas - é possível ver uma ou outra silhueta negra, como um objeto na paisagem, um detalhe sem importância.



Figura 2: Gareth, Nella e Blaine em uma aventura. Fonte: reprodução.

Todo o cenário examinado, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, aponta que a cor está na tela, mas a raça não. As poucas imagens de meninas negras que permeiam o audiovisual voltado à infância apenas estão ali, nos tons de pele ou em cabelos

encaracolados/crespos. E se limitam a isso. Ou seja, no contexto dos episódios das animações, as imagens de meninas negras protagonistas não reivindicam elementos da negritude para além dos atributos corporais. A inclusão se encerra nos cabelos mais encaracolados e numa pele mais escura, pois a raça não importa para as narrativas desses desenhos. Em nenhum dos episódios das animações há alguma menção a temas como preconceito, ancestralidade, racismo, interseccionalidade, classe, representatividade, sororidade. A impressão que fica é a de que as meninas poderiam ter qualquer cor. Apenas calhou de serem negras.

Essas animações, produzidas ou co-produzidas em sua maioria por grandes corporações capitalistas - como Disney, Nick, Discovery, Cartoon Network - apostam na primazia do consumo pós-feminista. Não à toa, engendram redes de consumo que incluem, mas não apenas, DVDs, bonecas, jogos, quebra-cabeças, brinquedos de faz de conta, acessórios, aplicativos de tablets/celulares, fantasias, festas temáticas, roupas, produtos de higiene e beleza infantis, livros de atividades⁶. Porém, estando muitas vezes situadas (e sitiadas) nos estratos econômicos médios e baixos, as espectadoras negras não têm acesso a esse consumo. Isso nos instiga a questionar: que inclusão é essa? Qual a efetividade desse modelo de representação quando não assume um compromisso mais profundo com questões que envolvem a raça (e o racismo)? Essa representatividade tem valor político ou é apenas uma forma de suprir demandas mercadológicas de inclusão das minorias que hoje tensionam de forma acirrada as representações e o consumo de produtos midiáticos? Quais mudanças efetivas essas representações podem trazer para a vida das meninas que as consomem?

É importante destacar que existem ganchos para tratar questões de raça nas tramas. Esses momentos, porém, não são bem aproveitados ou são ignorados. Lili, que é considerada uma criança autoritária em relação a Yuri e Matt, co-protagonistas em *Meu amigãozão*,

⁶ Um exemplo da gama de produtos gerados a partir dessas representações está no resultado da busca por "doutora brinquedos" no Google Shopping:

https://www.google.com/search?hl=pt-BR&tbm=shop&ei=78x2W9mJLomPwwS1j5_YDw&q=%22doutora+brinquedos%22&oq=%22doutora+brinquedos%22&gs_l=psy-ab.3..017.88093.89209.0.89575.2.2.0.0.0.128.255.0j2.2.0...0...1c.1j4.64.psy-ab..0.2.255...0.awKMF_v692Q. Há bonecas, kits de médica, figuras colecionáveis, jogos, roupas infantis, adesivos, lembranças de festas infantis, estojos e até bonecas brancas, entre produtos licenciados pela Disney quanto produtos não oficiais. Alguns dos produtos chegam a custar cerca de R\$ 580. Acesso em 17 ago. 2018.

frequentemente conduz os temas, as brincadeiras e as discussões dos episódios, por exemplo. Entretanto, a menina nunca tocou em assuntos relacionados à negritude. Em *SOS fada Manu*, a protagonista tem como “inimiga” Valquiria, uma bruxinha loira, branca e de olhos claros que a todo momento tenta sabotar a fada e o reino encantado. As diferenças raciais entre as duas, ainda que limitadas às características físicas, poderiam servir para discutir privilégios da branquitude, a nosso ver.

Em *Doutora Brinquedos*, quando uma boneca pede ajuda da menina para consertar o cabelo afro de que não gosta, a protagonista conversa com a mãe para saber como passou a gostar e assumir o cabelo crespo. A mulher mostra fotos de vários penteados que a Doutora usou na infância e explica que ela se adaptou mais à maria chiquinha. Assim, a menina aprende como lição de moral que “cada um deve procurar seu estilo” e aconselha a boneca a fazer o mesmo. Não seria mais adequado que houvesse ali uma discussão sobre ancestralidade, origens e, principalmente, sobre padrões sociais de beleza?

Nos episódios de *Os heróis da cidade*, Twinkle, única menina entre os quatro protagonistas da animação, insiste em demonstrar feminilidade exagerada com certa obsessão pela cor rosa. Em uma ida ao lava jato, por exemplo, a personagem quer “sabão cor-de-rosa”, “cintos de segurança cor-de-rosa” e “pompons rosa fofinhos para as antenas do carro”. Sobre raça, entretanto, nada é evocado por Twinkle. Até mesmo Abigail, da animação *KND - a turma do bairro*, que tem uma infância menos marcada por separações baseadas em gênero e se envolve em atividades consideradas pouco femininas (ligadas a armas, tecnologia, ciência), não pontua nada sobre relações raciais. Nenhuma das atividades realizadas pelas meninas negras, como dançar, cantar, resolver problemas, viver aventuras, bem como as brincadeiras de boneca ou de casinha e as brincadeiras de rua, são experiências diegéticas veiculadas com alguma conexão com a questão racial.

Assim, sem fazer qualquer menção à raça e à ancestralidade, as representações de meninas negras nos desenhos animados parecem evocar uma era pós-racial na qual de fato, se efetivada, seria possível conviver sem distinção, como acontece na relação das protagonistas com os demais personagens das animações. Essas imagens, entretanto, são veiculadas e circulam em um mundo extremamente racializado, em que a raça tem enorme valor simbólico e material na vida das meninas negras. Circuladas globalmente e exibidas no Brasil, essas representações confrontam os contextos locais com sua insistência em apagar a raça e seus

efeitos a meninas negras que se olham nas telas – e olham as telas – como um espelho que não reflete imagem alguma, ou mostra apenas versões opacas. Ou ainda, como na tela de Magritte, se nega a refletir os rostos dessas meninas, apesar de uma promessa feita, e insistem em refletir o que se pensa delas. Ao não se verem naquilo a que assistem, ou verem versões alvejadas carregadas de potência e frustração, parecem ecoar as palavras de Sojourner Truth, de um século e meio antes: “E não sou uma mulher? Olhem para mim.”.



Figura 3: Cena do episódio “Manu x Manu”, no qual Valquiria faz um clone malvado da fada.

Fonte: reprodução

Solidão

A exemplo das histórias de Lili e de Ayoluwa, dois cenários coexistem entre ficção e realidade: enquanto as protagonistas negras evocam uma era pós-racial, as meninas do Sul se deparam com modos de vida limitados pelo racismo e pelo sexismo. Exibem-se aí, portanto, modelos de identidade feminina negra que, fora as características corporais, praticamente não se encontram, não se convergem. Seria contraditório afirmarmos a este ponto, entretanto, que as representações da infância negra na mídia paralisam as meninas que as assistem. Seria reforçar, tal qual o discurso do “Girl Effect”, que elas são completamente engolidas pelo racismo e não respondem a ele. Ou seria ainda desconsiderar que as crianças negras são sujeitos sociais de suas próprias culturas, conforme Gouvea (2009), ativos, à sua maneira, no modo como as relações raciais operam no mundo e empenhados em ressignificá-las a seu favor.

Por outro lado, compreende-se que qualquer representação que fosse adotada pelos desenhos animados e viesse acompanhada de um debate racial e de gênero ainda poderia permanecer excludente. Afinal, as meninas negras são diferentes entre si, pois raça e gênero não bastam para definir a identidade de um indivíduo, embora sejam fatores relevantes para a maneira como o sujeito se posiciona e é posicionado no mundo. Assim, não se trata de advogar em favor de uma representação ideal ou de uma infância negra essencial a ser captada pelas representações, mas de compreender que há diversas possibilidades identitárias para as meninas negras.

Jurema Werneck (2010), por exemplo, aciona figuras femininas da tradição iorubá, como Iansã, Iemanjá, Nanã, Obá e Oxum, para demonstrar a extensa gama de maneiras pelas quais as mulheres negras vivenciam a feminilidade e a negritude. Para a autora, desde sempre as mulheres negras refutam as opressões de gênero e raça por meio de possibilidades identitárias que recorrem a “diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade” (Werneck, 2010, p. 153).

O que os desenhos animados fazem, nos parece, é tanto não se empenharem em representar uma das possíveis identidades das meninas negras, ainda que de maneira limitada, quanto ignorar a pluralidade disponível nas experiências dessas meninas que certamente poderiam inspirar representações infantis mais condizentes com o processo constante de resistência e opressão a que mulheres e meninas negras estão sujeitas no ambiente social. As animações cujas protagonistas são negras, portanto, afastam a diversidade, embora mantenham latente o discurso da inclusão.

Não à toa, bell hooks (2017) já havia explicado que há um distanciamento das mulheres negras em relação às suas imagens no cinema porque ao longo do tempo, segundo a autora, elas desenvolveram um “olhar opositivo”. Acostumadas a serem historicamente representadas no contexto cinematográfico pelo olhar masculino e branco, as espectadoras negras adquiriram um modo de olhar para as representações femininas negras a partir do prisma da ausência: de uma identidade que não era evocada ainda que as características físicas na tela fossem semelhantes ao que viam no espelho. Por isso, para as mulheres negras que iam ao cinema e não encontravam “imagens autênticas da identidade feminina negra” (Collins, 2016, p. 102), a

experiência cinematográfica poderia ser muito dolorosa se olhada a fundo. A função do cinema de entreter e dar prazer aos espectadores não se efetivava para essas mulheres que encontravam ali mais uma forma de dominação do olhar branco. Em resposta, elas escolheram contestar aquelas representações. Isto é, ao não se identificarem com os arquétipos criados pela ficção, geralmente estereotipados, as mulheres negras rejeitavam essas imagens e projetavam sobre elas um olhar crítico e politizado. Lastro da escravidão, o direito de olhar e desafiar a imagem encarada torna-se assim um ato de resistência, pois “aprende-se a olhar de um certo modo para resistir” (hooks, 2017, s/p).

Parece apropriado considerar que o mesmo pode vir a acontecer com as crianças ou que as meninas negras já desenvolvem esse olhar como estratégia de sobrevivência diante das imagens que as excluem. Entretanto, isso não exime a mídia de arcar com a responsabilidade de suscitar debates acerca das representações que os produtos constroem. Ao modo como fazem hoje, valendo-se de uma representatividade tão limitada, os desenhos animados projetam duplamente, a nosso ver, solidão para as meninas negras. Afinal, a ilha de negritude que povoa as animações é a única coisa compatível com a realidade dessas meninas, visível a olho nu como na história de Ayoluwa.

Diegeticamente, essas meninas negras estão sós. Não convivem com outros sujeitos negros, não constroem afetos ou criam laços com outras crianças negras. As imagens reforçam o que Audre Lorde (2018) pontua sobre o ódio entre as mulheres negras, um ódio especular, que “retorna em ecos nas relações que mantemos umas com as outras, em ecos de crueldade e raiva. Pois cada uma de nós tem o rosto que esse ódio procura, e nós aprendemos a conviver com a crueldade por termos sobrevivido a ela tantas vezes na nossa própria existência” (2018, p. 51). Lorde conta que esse ódio é um desejo de morte voltado contra as mulheres negras desde o nascimento, motivado pela cor, pelo sexo, pela “ousadia de achar que temos algum direito de estarmos vivas” (p. 50).

Norbert Elias descreve um tipo de solidão, que ele chama de social, em que os sujeitos ocupam posições que não lhes permitem encontrar outras pessoas da espécie. Por alguma razão, essas pessoas são deixadas sós, ainda que vivam em comunidades (Elias, 2001). As meninas negras dessas animações são deixadas sós, nas telas, sem traços da experiência de ser uma menina negra no mundo contemporâneo. Na outra ponta, a solidão se espalha às meninas que assistem a essas animações e são afetadas (afectadas) por essa solidão, por não

conseguirem construir significados afetivos de raça diante desse conjunto representacional. Joel Zito Araújo detectou, na primeira década do século XXI, a solidão das crianças negras no audiovisual, ao mencionar a representação estereotipada da criança sem família. Nossas meninas têm família; sua solidão se estende nos laços afetivos que transcendem o núcleo familiar. Esse conjunto representacional integra um ambiente midiático de recusas, de acordo com Araújo (2007).

Se essas meninas estão sempre sozinhas, como construir sororidade? Como se relacionar para além dos muros individuais? Como erguer pontes entre essas ilhas? Que outros afetos seriam possíveis entre as mulheres negras se o que é oferecido é isolamento? Na diegese das animações, essa solidão parece não incomodá-las, visto que, como dissemos, não há momentos narrativos de racismo ou preconceito. Mas no audiovisual todo campo traz em si, intrínseco, um extracampo, um plano invisível que projeta rastros sobre o visível. O racismo que as meninas vivem mas as animações não nos mostram está lá, intrínseco, porque constitui a experiência contemporânea das meninas negras. Está lá, também, porque ao negar essas discussões, os desenhos manifestam o que Sodré classifica de racismo midiático (Sodré, 1998), um racismo reproduzido pelo que o autor chama de “discurso midiático-popularesco” dentro das mesmas matrizes do racismo das elites tradicionais e alojado em novas modalidades institucionais, características da sociedade complexa. O primeiro fator apontado pelo autor que suscita o racismo é justamente a negação. A mídia tende a negar que o racismo exista, e tende a considerar “‘anacrônica’ a questão racial, deixando de perceber as suas formas mutantes e assim contribuindo para a reprodução de fenômenos em bases mais extensas” (Sodré, 1998, p. 24).

Ao falar sobre a América⁷, Audre Lorde explicita um conjunto de vivências comum também às meninas negras no Brasil. Para ela, ainda que crianças negras não saibam nomear racismo e machismo, essas distorções estão presentes em suas vidas, e “ambas são percebidas corretamente como ódio” (Lorde, 2018, p. 57). Esse racismo-rastro, não mostrado mas inevitável, também está lá organicamente, na constituição mesma desses produtos audiovisuais, que pretendem igualar a exibição de uma cor nas telas à representação negra. Essa operação constitutiva de narrativas audiovisuais sobre meninas negras que ignoram parte

⁷ A autora grifa a palavra em minúsculas, dotação que seguimos aqui.

fundante e definidora do que é ser uma menina negra - seja na América, seja no Brasil - é em si uma operação racista porque iguala a infância negra à infância branca das meninas, como se a única opressão que incidisse sobre ambas, sem nuances e sem interseções, fosse a de gênero.

Talvez as meninas negras dessas animações sejam mantidas sozinhas e as diegeses neguem o racismo porque operam na construção de uma máscara simbólica que silencia esse discurso. Tudo que essas meninas falam não dizem de si em relação à raça; se falassem, o que poderiam dizer? O que o sujeito branco teria de ouvir?, pergunta Grada Kilomba (2017). Como dispositivo de controle contemporâneo, o apagamento midiático do racismo amplificado pela solidão silencia essas meninas e aliena suas experiências, como as máscaras silenciavam os escravos (Kilomba, 2017). Em vez de excluir “o Outro” com quem o branco não quer se parecer, essas animações fingem acolhê-lo e igualá-lo (à branquitude), à custa de, no processo, mutilarem pedaço essencial de suas identidades; uma nova fantasia da branquitude sobre as meninas negras; aquelas que *não são* - e, no entanto, continuam sendo, como rastro. Justamente o pedaço que pode denunciar essa falsa presença:

Que decepção sermos forçados/as a olhar para nós mesmos/as *como se estivéssemos no lugar deles/as*. Que dor estar preso/a nessa ordem colonial. Essa deveria ser nossa preocupação. Não deveríamos nos preocupar com o sujeito *branco* no colonialismo, mas, sim, com o fato de o sujeito Negro ser sempre forçado a desenvolver uma relação consigo mesmo através da presença alienante do *branco*. Sempre colocado como “Outro”, nunca como “Eu”. (Kilomba, 2017, grifo original)

É certo, a nosso ver, que a animação televisiva, e o audiovisual, de maneira geral, é também o espaço da fantasia, do escape, do otimismo diante de realidades opressoras, e que há limites para a hiperpolitização do prazer (Ang, 1985); por outro lado, não há como desconsiderarmos os mecanismos de poder que atravessam o audiovisual e suas representações. Nesse sentido, poderíamos pensar num conjunto representacional utópico, para além do racismo, que veicula narrativas de um mundo em que meninas negras e brancas efetivamente seriam iguais. Mas as meninas negras que assistem a esses desenhos sabem a verdade que sua experiência infantil já lhes conta: não são.

Meninas negras ensinadas pelo ódio a quererem se tornar outra coisa. Nós desviamos os olhos da outra, nossa irmã, porque ela reflete o que todo mundo, exceto mamãe, parecia saber - que somos ou odiosas, ou feias, ou sem valor, mas certamente não abençoadas. Não éramos

meninos e não éramos brancas, então valíamos menos que nada, exceto para nossas mães. (Lorde, 2018, p. 65)

A produção cultural infantil audiovisual parece ocupar lugar muito distinto daquele ocupado, por exemplo, pela literatura infantil contemporânea: enquanto esta também provoca, problematiza, e reconhece - ou ao menos busca fazê-lo - seu lugar não apenas como pedagogia cultural, mas como espaço de poder, o audiovisual parece estar mais dicotomizado, no circuito hegemônico, entre produções radicalmente comerciais e convencionais, como o universo Barbie, e produções de viés pedagógico, que projetam mundos altamente controlados, nos quais as únicas perturbações à ordem possíveis são aquelas solucionáveis no espaço de um episódio ou, no máximo, um pequeno arco narrativo. Como a ferida do racismo parece incômoda demais para as horas diárias⁸ que as crianças passam em frente a esta tela, é mais factível que as meninas negras se deparem com desafios como enfrentar supervilões, salvar reinos mágicos ou consertar brinquedos que falam. Nesse contexto, o audiovisual opera muito mais em uma falsa fantasia de empoderamento e liberdade,

Hoje, portanto, a intenção de abarcar meninas negras como sujeitos de desenhos animados tem efeito rebote. Ao invés de aprofundarem questões relativas às relações raciais e aos efeitos da discriminação racial na vida das crianças negras, as animações continuam a controlar imagens e discursos sobre o racismo, a negar este racismo, a construir barreiras para a superação das diferenças e a manter uma perspectiva cinematográfica a partir do olhar falocêntrico, branco e dominador, o que certamente contribui, como enfatiza Collins, para a perpetuação das desigualdades sociais.

Por fim, embora haja um consenso de que é preciso dar atenção especial às crianças se quisermos avançar no desenvolvimento mundial, fica evidente que nem a mídia nem as ONGs, instituições sociais, ideologias políticas ou mesmo empresas privadas o fazem em relação às meninas negras pois, quando não investem em imagens mascaradas da negritude, próximas de uma era pós-racial, investem em discursos que são tão racializados a ponto de ser preciso

⁸ No Brasil o tempo médio de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos passam assistindo televisão é de 5h35 por dia. Disponível em: <http://criancaconsumo.org.br/noticias/tempo-diario-de-criancas-e-adolescentes-em-frente-a-tv-aumenta-em-10-anos/>. Acesso em 16 ago. 2018.

recorrer às meninas heroínas (no subtexto, brancas e ricas, como a grande maioria das heroínas meninas e mulheres) para salvá-las.

Referências bibliográficas

ANG, Ien. *Watching Dallas*. Soap opera and the melodramatic imagination. Londres: Routledge, 1985.

ARAÚJO, Joel Zito. *Criança negra na televisão brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Mídia, 30/5/2007. Disponível em <<https://papodemacumba.blogspot.com/2010/12/crianca-negra-na-televisao-brasileira.html>>. Acesso em 17 ago. 2018.

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos Editora S. A., 1981.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, P. 27-55, jul./dez. 2015.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In: BRANDÃO, Isabel; CAVALCANTI, Iidney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecilia A. *Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas 1970-2010*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2017.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF, jul 1990.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BUTLER, Judith. Mulheres como sujeito do feminismo. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 17-24.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. 2a ed. New York and London: Routledge, 2002.
_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 99-127, dez. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, ANGELA. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

- ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism*. From state-managed capitalism to neoliberal crisis. Londres/Nova York: Verso, 2013.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. In: VIANNA, Graziela Valadares Gomes de Mello et al. (orgs). *A infância na mídia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HALL, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage, 1997.
- hooks, bell. O olhar opositivo – a espectadora negra. Tradução de Maria Carolina Morais. *Fora de quadro*, 26 mar. 2017. Disponível em < <https://foradequadro.com/2017/05/26/o-olhar-opositivo-a-espectadora-negra-por-bell-hooks/>> Acesso em: 13 ago. 2018.
- KILOMBA, Grada. A máscara. *Piseagrama*, Belo Horizonte, número 11, 2017. Disponível em: <<https://piseagrama.org/a-mascara/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- KOFFMAN, Ofra; GILL, Rosalind. “The revolution will be led by a 12-year-old girl”: girl power and global biopolitics. *Feminist review*. 105, p. 83 - 102. 2013.
- LORDE, Audre. Olho no olho: Mulheres negras, ódio e raiva. Trad. Stephanie Borges. *Serrote*, São Paulo, n. 29, p.48-83, jul. 2018. Quadrimestral.
- McROBBIE, Angela. *Feminism and youth culture – from Jackie to Seventeen*. Houndmills e Londres: Macmillan Education, 1991.
- NUNES, Mighian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu. *Latitude*, vol. 10, n. 2, 2016. p. 383-423.
- SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. *Lumina - Facom/UFJF* - v.1, n.1, p.23-32, jul./dez. 1998.
- STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe L. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In: STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe L. (Orgs.). *Cultura Infantil – a construção corporativa da infância*. Tradução de George Eduardo Japiassú Bricio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe. Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista ABNP - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (as)*, v.1, n°1, p. 8-17. 2010.